

PODER

Só R\$ 4 milhões em caixa

Diretor do BC diz que, no dia da liquidação, Master não tinha recursos para honrar compromissos e estava, na prática, quebrado

» RAFAELA GONÇALVES

No dia em que teve a liquidação decretada pelo Banco Central (BC), em 18 de novembro de 2025, o Banco Master dispunha de apenas R\$ 4 milhões em caixa, enquanto acumulava obrigações superiores a R\$ 127 milhões com vencimento naquela mesma semana. A diferença deixa claro que o banco não tinha recursos para honrar seus compromissos e já estava, na prática, quebrado.

A informação foi revelada pelo diretor de Fiscalização do BC, Ailton Aquino, em depoimento à Polícia Federal. A oitiva, em 30 de dezembro de 2025, teve o sigilo retirado, na quinta-feira, por decisão do ministro Dias Toffoli, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF).

Aquino afirmou que o BC manteve acompanhamento próximo do Master, justamente por causa da crise de liquidez enfrentada pelo banco, que detinha cerca de R\$ 80 bilhões em ativos. “Apesar de o Master ser classificado como uma instituição S3, de médio porte, a crise de liquidez e o volume de R\$ 80 bilhões em ativos totais tornavam fundamental o acompanhamento da supervisão para entender a situação de liquidez”, explicou o diretor.

Ele detalhou, ainda, o descompasso financeiro do banco às vésperas da liquidação. “Para deixar isso claro, um banco com R\$ 80 bilhões costuma ter algo entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões em títulos livres. O Master, antes da liquidação, tinha apenas R\$ 4 milhões em caixa.”

Além do volume elevado de obrigações a vencer, o banco controlado por Daniel Vorcáro

Reprodução/STF



Ailton Aquino (E) afirmou que o Banco Central manteve acompanhamento próximo do Master, justamente por causa da crise

acumulava cerca de R\$ 2 bilhões em depósitos compulsórios devidos ao Banco Central. Esses recolhimentos, que são exigências legais, deixaram de ser realizados pela instituição em meio ao agravamento da crise de liquidez.

Aquino afirmou que a liquidação do Will Bank, ligado ao Banco Master, poderia ampliar significativamente os prejuízos do Banco de Brasília (BRB), em razão do volume de ativos da fintech já incorporados ao balanço da instituição pública.

Segundo o diretor, o risco de perdas maiores levou o Banco Central a optar, inicialmente, pela adoção do Regime de Administração Especial Temporário (Raet) no Banco Master Múltiplo, controlador do Will Bank, em vez de

decretar imediatamente a liquidação do banco digital. “Existem muitos ativos do Will dentro do balanço do BRB. Se não for possível resolver dentro do Raet, o prejuízo do BRB será maior”, afirmou.

Durante o depoimento, Aquino relatou que a situação operacional do Will Bank já apresentava dificuldades relevantes, especialmente em razão da crise de liquidez. Ele mencionou problemas no processamento de contas e pagamentos, o que exigia acompanhamento constante da supervisão para avaliar se o caixa da instituição conseguiria fechar.

No mesmo depoimento, Aquino alertou que as perdas potenciais do BRB com a aquisição de ativos do Banco Master podem superar

R\$ 5 bilhões. O banco do Distrito Federal desembolsou R\$ 12,2 bilhões por carteiras de crédito que, segundo o BC, eram fraudulentas, mas conseguiu substituir cerca de R\$ 10 bilhões por outros ativos do grupo, que também apresentam risco elevado.

Ao decretar a liquidação extrajudicial do Banco Master, o BC acusou a instituição de fraudar carteiras de crédito em mais de R\$ 11 bilhões.

Irregularidades

O diretor de Fiscalização afirmou no depoimento que só teve “certeza” das ilegalidades envolvendo carteiras bilionárias do Banco Master, incluindo a inexistência

das operações financeiras atribuídas à empresa Tirreno, em junho de 2025, após uma reunião com representantes de instituições financeiras de pequeno porte.

Segundo ele, foi nesse encontro que inconsistências técnicas passaram a ficar evidentes. De acordo com Aquino, o ponto de partida foi a divergência entre versões apresentadas no processo. De um lado, um relatório técnico indicava que não havia movimentação financeira da empresa, o que explicaria a ausência de pagamentos relacionados aos créditos. De outro, o controlador do Banco Master sustentava que os extratos apresentados eram verdadeiros. Em sentido oposto, a direção do BRB classificava os documentos como

“uma ficção”, afirmando que se tratavam de lançamentos meramente contábeis, sem lastro em transferências reais.

“Quando foi que nós decidimos, de fato, fazer a comunicação e tivemos a certeza da inexistência? Foi quando fizemos uma reunião”, relatou Aquino, sem esclarecer por que o esquema passou despercebido pela autoridade monetária antes e por vários meses depois de o BRB adquirir ativos do banco, em março de 2025.

O diretor ressaltou que, durante o encontro, chamou a atenção o porte reduzido das empresas envolvidas e o desconhecimento generalizado sobre a Tirreno. “A Cartos é uma empresa pequena, a Tirreno era uma empresa desconhecida”, frisou. Segundo ele, o único nome apresentado como responsável pelas operações foi o de André Felipe de Oliveira Seixas Maia, sócio da Tirreno, que passou a ser questionado sobre o volume de créditos gerados.

Aquino contou que, ao longo de cerca de uma hora de questionamentos, os valores informados foram divergentes. A partir daí, o BC passou a verificar as bases oficiais de dados. O diretor afirmou que não foram identificados registros de transferências bancárias, como TEDs, Pix, operações via STR, CIP ou câmbio, envolvendo a Tirreno. “Todos os TEDs do Brasil passam pelo Banco Central. Todos os Pix também. E não foi encontrado nenhum fluxo financeiro da empresa”, acrescentou.

Conforme Aquino, a checagem no Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas do Sistema Financeiro (CCS) mostrou que o único relacionamento financeiro da Tirreno era com o Banco Master, iniciado em 23 de maio de 2025.



Desbloqueie o seu cartão no aplicativo BRB Social e confira as malharias credenciadas.

Theo de Albuquerque
Escola Classe 204 Sul



Educação



Cartão Uniforme Escolar.
Feito na medida certa
para 442 mil estudantes
das escolas públicas.

Garantir conforto e dignidade também faz parte da educação. Com o Cartão Uniforme Escolar, o GDF permite que pais escolham, em malharias credenciadas, sete peças no tamanho certo para cada estudante da rede pública. Melhora a vida de pais e alunos e beneficia também o comércio de malharias do DF. Em caso de dúvidas, procure a Regional de Ensino em que seu filho está matriculado.

GOVERNO QUE FEZ GOVERNO QUE FAZ